

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DA COMISSÃO DE PREGÃO -
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) DO MUNICÍPIO DE
GUARAPARI/ES.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22574/2024

RECORRIDO: HEITOR FARIAS TONANI - ME

LÍDER COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 40.582.188/0001-48, com sede à Rua Antônio Sobreiro, nº 386, Praia do Morro, Guarapari/ES, CEP: 29.2016-185, neste ato representada por sua representante legal, **PRISCYLA MARTINS DOS SANTOS**, brasileira, empresária, residente e domiciliada a Rua Elísio Mariano, nº 71, Sol Nascente, Guarapari-ES, CEP 29.210-500, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar

1

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do *decisum* que declarou a empresa recorrida vencedora do certame, fazendo-o amparado nas razões e argumentos jurídicos a seguir declinados.

Requer, que seja conhecido e processado o presente, com sua posterior remessa à autoridade competente, para que proceda ao julgamento, na hipótese do Imo. Pregoeiro mantiver sua decisão.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Guarapari/ES, 12 de Novembro de 2024.

LÍDER COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
PRISCYLA MARTINS DOS SANTOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22574/2024
RECORRIDO: HEITOR FARIAS TONANI - ME

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Emérito Julgador,

A empresa recorrente é licitante no Pregão Eletrônico de n.º 103/2024, ao qual participou da disputa e apresentou proposta para o fornecimento dos itens contidos no Edital. Neste cenário, a empresa participante **HEITOR FARIAS TONANI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.436.005/0001-34, foi a arrematante do lote 01, contemplando o fornecimento de pó de café e açúcar.

O presente recurso cinge-se, portanto, à declaração de vencedora concedida à HEITOR FARIAS TONANI - ME, tendo em vista que a empresa não observou todas as normas e regramentos contidos no Edital, conforme será detalhadamente demonstrado a seguir.

2

Desta forma, ante as irregularidades aqui apresentadas, apresenta-se a presente medida recursal com o fim evidenciar a existência de diversos impedimentos que maculam a declaração como vencedora do certame a empresa HEITOR FARIAS TONANI - ME, aqui recorrida, nos termos da fundamentação que passa a expor.

PRELIMINARMENTE.

❖ **DA TEMPESTIVIDADE.**

Ab initio, salienta –se que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias da decisão que declare o vencedor em pregão.

Com efeito, o Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, dispõe no art. 44 que:

Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

No caso em tela, a decisão ocorreu em 11/11/2024 em sessão de licitação. De modo que, o prazo para interpor recurso decorre em 13/11/2024.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS.

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com o critério de menor preço por item, cujo objeto consistiu na ***“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PÓ DE CAFÉ E AÇÚCAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE GUARAPARI, INCLUINDO AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, A SEDE DA SECRETARIA, O COMPLEXO ESPORTIVO, VIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS”***.

Conforme consignado anteriormente, a empresa HEITOR FARIAS TONANI - ME sagrou-se vencedora do procedimento licitatório, sendo declarada vencedora do Lote nº 1 com a proposta de fornecimento das marcas Paineiras para o açúcar e Cafuso para o café.

3

Entretanto, analisando detidamente a documentação que a licitante acostou ao procedimento, verifica-se uma série de inconsistências que, inapelavelmente, deveriam representar sua inabilitação.

Conforme o edital, o café deveria apresentar-se nas especificações:

- **Embalagem:** stand pack de 250g;
- **Certificação de Qualidade:** categoria “Café Superior” pela ABIC ou equivalente laudo de avaliação por órgão competente;
- **Prazo de Validade Mínimo:** 12 meses.

Após análise dos documentos e amostras, constata-se que o café da marca Cafuso, aprovado para o lote, não atende às especificações do edital pelos seguintes motivos:

1. **Ausência de Embalagem Stand Pack:** a amostra aprovada apresenta-se em embalagem almofada ou a vácuo, o que contraria o exigido no edital, que dispõe expressamente pela embalagem “stand pack”.

2. **Classificação da Qualidade:** não foi comprovado que o café da marca Cafuso detém o selo de qualidade “Café Superior” pela ABIC, conforme exigido no Edital e confirmado pelos documentos anexos.

Tais discrepâncias ferem diretamente as condições dispostas no Edital e comprometem a qualidade e a conformidade do objeto licitado com o especificado.

É imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos devem ser conduzidos em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

De acordo com o professor ¹Gasparini, Diógenes são duas finalidades na licitação: Primeiro, visa selecionar a proposta mais vantajosa, que traga os maiores benefícios financeiros aos órgãos licitantes. E em segundo lugar oferecer igual tratamento aos que desejam participar do processo, conforme expresso no art. 3º da Lei nº 8666/93.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado ²Hely Lopes Meirelles, vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”

De pronto, conclui-se que não há como se falar em proposta mais vantajosa que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação. Assim, foi demonstrado pontualmente que a recorrida não apresentou a proposta mais vantajosa, bem como não atendeu as exigências do edital.

Nesse sentido, destaca-se as lições da ilustre ³Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se

¹ Gasparini, Diógenes. Direito Administrativo, 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

² MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: RT, 1990, p. 23.

³ PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).”

Outrossim, ainda em consulta à doutrina acerca da temática, relembra-se as palavras de Hely Lopes Meirelles, segundo o qual definiu que o edital “é lei interna da licitação” e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

É cediço que tanto a Administração Pública, bem como eventuais interessados, devem submeter-se à fiel observância dos termos e condições previstos no Edital. Deste modo, importa salientar que pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir com rigor as regras do certame que deliberadamente opta por participar.

Este é o entendimento que se extrai do art. 3º da Lei 8.666/93, responsável pela instituição de normas para licitações e contratos da Administração. Vejamos:

5

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sobreleva ressaltar, ainda, que uma vez verificado o vício por parte da Administração Pública na condução do certame (declarando como vencedora empresa que não observou as normas do Edital), deve o mesmo retroceder aos atos que violaram direitos possibilitando a presença do recorrente na disputa, a fim de que a melhor proposta, mais vantajosa a Administração, seja de fato vencedora.

Frisa-se, mais uma vez, que INEXISTE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SEM O CUMPRIMENTO DAS NORMAS EDITALÍCIAS. Outrossim, revela-se perceptível que a empresa supostamente vencedora não

Em verdade, tem-se que a empresa recorrida foi EQUIVOCADAMENTE consagrada vencedora, pelas razões fáticas e legais acima narradas. Tal conjuntura configura verdadeira ilegalidade e impede o seguimento do certame, visto que viola afrontosamente as normas legais e editalícias.

Portanto, não há de se perpetuar a declaração da empresa recorrida como vencedora, sobretudo ante a demonstração inequívoca de que sua convocação traduz-se *in casu* em violação às normas legais, conforme já fundamentado em alhures.

Sob esta ordem de ideias, importante ressaltar que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, toma-se necessária à segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Isto posto, à luz da fundamentação exposta, bem como o respeito aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia, melhor proposta, vinculação ao edital e outros norteadores do processo licitatório, **REQUER A INABILITAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA, HEITOR FARIAS TONANI – ME, como vencedora em relação ao Lote nº 1, uma vez que as amostras apresentadas não cumprem com as exigências de embalagem e certificação de qualidade superior.**

DO EFEITO SUSPENSIVO

Por derradeiro, diante das circunstâncias do caso em tela, requer a recorrente, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, concedendo-se efeito suspensivo até julgamento final na via administrativa.

Tal pretensão encontra amparo no art. 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá **efeito suspensivo**, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

(...) § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Inquestionável que a manutenção da Decisão ora guerreada ensejará notórios prejuízos ao recorrente, sobretudo a se considerar o deslinde e continuidade do procedimento licitatório em questão, de modo que faz-se necessário a **CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO ao presente recurso**, nos termos do dispositivo supracitado.

DOS REQUERIMENTOS

Face ao exposto, e convocando os lúcidos suplementos jurídicos do Eminentíssimo Senhor Julgador, a empresa recorrente interpõe o presente Recurso Administrativo, pugnando pelo:

1. **Conhecimento e recebimento do Recurso, em seu EFEITO SUSPENSIVO, nos termos do art. 109, §2º da Lei 8.666/93.**
2. **Ao final, seja julgado procedente para fins de rever a decisão referente à declaração da recorrida como vencedora, procedendo-se, nesta hipótese, com a reforma da decisão, tendo em vista o descumprimento das normas editalícias, em consonância ao fundamentado nas razões e princípios delineados na presente peça recursal.**
3. **Sejam analisados os documentos anexos que comprovam as inconformidades, para fins de comprovação do alegado.**
4. **Não havendo a almejada reconsideração da Decisão proferida, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior, nos termos do § 4º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.**

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Guarapari/ES, 12 de Novembro de 2024.

LÍDER COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
PRISCYLA MARTINS DOS SANTOS